



Conferência encheu o grande auditório do CCB, passou em directo na TSF e teve cobertura no 'site' do DN

FOTOS: SE/TEVEN GOVERNO/GLOBAL IMAGES

Reduzir salários não é solução para ultrapassar a crise

Debate. Líderes da esquerda e da direita concordam. José Sócrates sem referências às políticas salariais

JOÃO PEDRO HENRIQUES

A exceção foi José Sócrates. Todos os outros líderes partidários que participaram ontem na conferência "A Europa e a Política Fiscal", organizada em Lisboa pela TSF, pelo DN e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), sublinharam que uma política de baixos salários não é solução para a crise, num acordo que uniu esquerda (Francisco Louçã e Jerónimo de Sousa) e direita (Pedro Passos Coelho e Paulo Portas).

Sócrates, como já se disse, não falou de salários. Cabendo-lhe o encerramento dos trabalhos, preferiu elogiar as virtudes do "modelo social europeu", passar ao de leve nas propostas fiscais do PS e concluir o seu discurso (de quase uma hora) criticando o PSD, críticas que incluíram a insinuação de que o partido de Passos está a pretender deslocar as receitas do IVA para algo que o memorando de entendimento acordado com a *troika* não permite (para compensar reduções nas receitas da taxa social única em

vez de para diminuir o défice). Sócrates foi mais longe ao acusar Passos Coelho de estar a "esconder" a intenção de "eliminar a taxa intermédia do IVA".

Unânime foi a ideia de que a próxima legislatura incluirá aumento de impostos. As receitas, porém, foram diferentes.

Paulo Portas e José Sócrates admitiram, por exemplo, aumentos no IRS (pela diminuição das deduções fiscais com saúde, educação e habitação).

Já Passos Coelho deixou bem claro que baixará às empresas as suas contribuições para a taxa social única (TSU), sendo a redução de receita compensada com aumentos no IVA.

Louçã e Jerónimo de Sousa, por seu lado, querem maior carga fiscal sobre o sector financeiro/bolsista e sobre as mais-valias urbanísticas.

Todos aproveitaram, também, para criticar os adversários directos. Sócrates quase nem perdeu tempo com o programa fiscal do

PS (a demora em chegar a essa parte mereceu reparos irritados na plateia). Concentrou-se, isso sim, em zurzir no PSD, por alegadamente pretender "privatizar" os sectores da saúde e da educação e devido à proposta da TSU.

Nas contas de Sócrates, a proposta do PSD, em sendo aplicada, implicará menos 1600 milhões de euros para a Segurança Social. Ora isso irá resultar num "aumento forte" do IVA. "A proposta do PSD não convence", sintetizou.

Dos cinco líderes presentes, o que mais ao de leve passou pela necessidade de aumentar impostos foi Paulo Portas. Pelo contrário, o presidente do CDS-PP falou mesmo na ideia de criar "créditos fiscais", com "pouco ou nulo impacto orçamental", para as empresas que aumentem as suas exportações e/ou que, numa conjuntura de recessão, criem postos de trabalho.

Traçando, com números, um re-

trato negro da governação de Sócrates ("não é verdade que a crise internacional explique o essencial da crise nacional"), Portas reiterou a proposta de impor limites constitucionais ao endividamento e à carga fiscal. É preciso - disse ainda - uma reforma dos escalões do IRS (algo que levaria Louçã mais tarde a dizer que se pretende diminuir o IRS dos que pagam mais). E aproveitou para advogar uma diminuição mais radical do aparelho de Estado do que a proposta pela *troika*. Mas, para isso, aconselhou: "Convém não concentrar votos nos partidos com vocação clientelar."

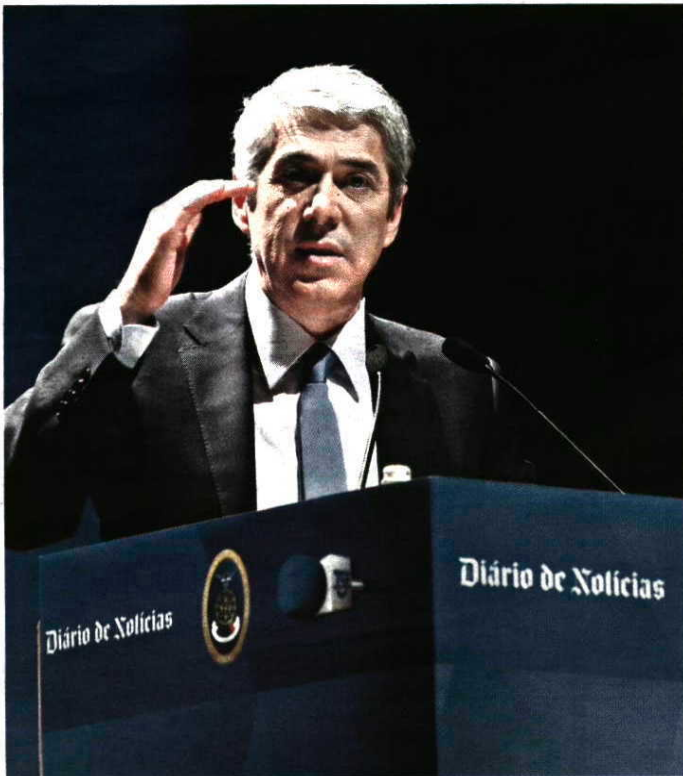
Por entre os discursos dos líderes ouviram-se ainda intervenções de Francisco van Zeller (ex-presidente da CIP, actual presidente do Conselho para a Internacionalização da Economia) e de Rogério M. Fernandes Ferreira, advogado fiscalista da PLMJ. O primeiro insistiu na necessidade de toda a política fiscal ser orientada para aumentar as exportações; o segundo queixou-se, ilustrando com números, da instabilidade legislativa fiscal dos últimos anos.

Van Zeller disse que é preciso condições para aumentar exportações

SÓCRATES

Protestos na plateia

» A intervenção de José Sócrates gerou alguma impaciência na plateia que o ouvia no grande auditório do Centro Cultural de Belém. O tema da conferência era "A Europa e a Política Fiscal". Mas o secretário-geral do PS já ia em 40 minutos de discurso e nunca mais falava das propostas fiscais do seu partido - preferindo deixar o grosso do seu discurso para as questões do "modelo social europeu". Da plateia começaram a gritar-lhe "política fiscal, política fiscal"! - Sócrates acabou por, ao de leve, explicar as propostas do PS no campo da fiscalidade (*ler texto principal*). Foi a única ocasião em toda a conferência em que se ouviram protestos da plateia.



JOSÉ SÓCRATES

PS: incentivos a quem aposta na investigação

A intervenção de José Sócrates, mais do que divulgar as propostas fiscais dos socialistas, procurou desmontar as soluções sociais-democratas. Comentando a medida do PSD para compensar a baixa de 4% na taxa social única – o equivalente a 1,6 mil milhões de euros (1% do PIB), que se destina a pagar as pensões –, o secretário-geral do PS afirmou que essa verba não pode resultar da reestruturação do IVA, pois o memorando assinado por Portugal com o FMI/BCE/CE obriga a afectar esse montante à redução do défice. Depois, especulou sobre a hipótese de Passos Coelho advogar o fim da taxa intermédia de 13%, o que, sustentou, não só corresponderia a um agravamento fiscal como teria efeitos na restauração, que Sócrates considera fundamental para um dos nossos "sectores exportadores": o turismo.

Antes, tinha demorado boa parte do tempo a pronunciar-se acerca das diferenças entre o PS e o PSD em torno do modelo social europeu. O líder socialista diz que a saúde de qualidade, em todo o mundo, é pública – adiantando que todos os indicadores nos EUA são piores que os portugueses, apesar de aquele país ser o que mais gasta *per capita*, enquanto os gastos do Serviço Nacional de Saúde estão abaixo da média da OCDE. O mesmo sucede com a educação, pois "só uma

rede pública garante a igualdade de oportunidades no conhecimento". Neste quadro, acusou o PSD de pretender enveredar por uma "aventura privatizadora".

Só depois revelou o seu catálogo de medidas fiscais, incluindo um tecto para as deduções individuais na educação e na saúde e uma tributação especial sobre a banca, para "prevenir crises futuras do sistema financeiro a que o Estado tenha de acorrer". O PS quer concentrar os incentivos no mercado de arrendamento, requalificação urbana e empresas que apostem na exportação e no emprego. Mas, sobretudo, nas que investem em I&D (Investigação & Desenvolvimento) e que também têm

“
Garantir a igualdade de acesso à saúde e ao conhecimento”

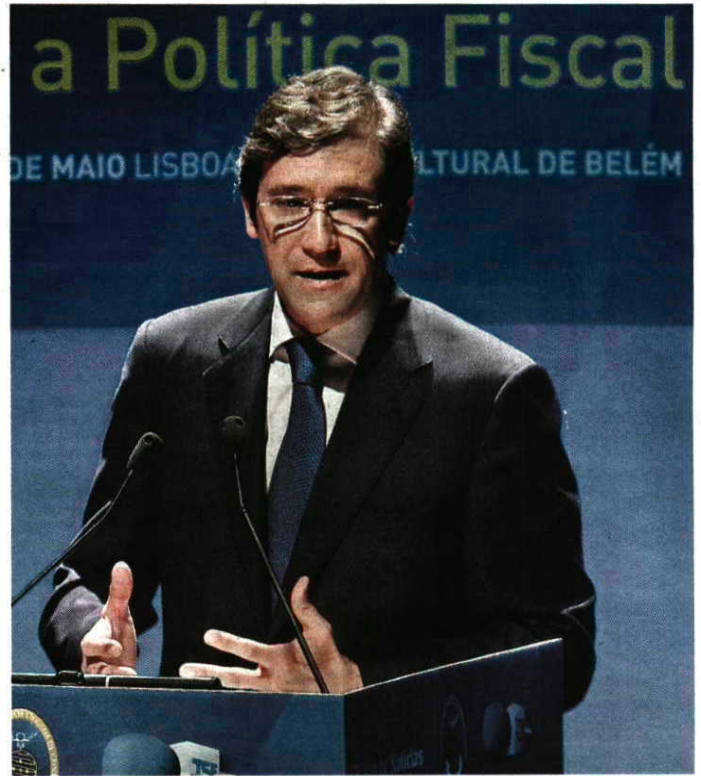
sido responsáveis pelo salto nacional em ciência – “temos 8,3 investigadores a tempo inteiro por cada mil activos, o que nos coloca à frente da Espanha e da Itália”.

FERNANDO MADAL

PROPOSTAS PARA A ÁREA FISCAL

► **I&D** Os incentivos fiscais devem destinar-se ao mercado de arrendamento e à requalificação urbana, mas, sobretudo, às empresas que apostem em Investigação & Desenvolvimento (I&D), cujas exportações já subiram o triplo da média nacional.

► **Banca** Manter a nova tributação especial sobre a banca, entendida como "uma contribuição do sistema financeiro para prevenir qualquer futuro acidente" como o da crise de 2009.



PASSOS COELHO

PSD: reformar o IRS para 'aliviar' classe média

Na conferência de ontem, no CCB, Pedro Passos Coelho foi, dos cinco líderes partidários presentes, quem menos escondeu a necessidade de aumentos de impostos.

O presidente do PSD referiu em particular o IVA – embora sem detalhar, algo que só ocorrerá "em sede de preparação do Orçamento do Estado e com toda a transparência", disse Passos Coelho –, porque "não se financia do ar" a proposta do partido para baixar a taxa social única que as empresas pagam, medida que visa dar-lhes competitividade baixando os custos do trabalho.

"Ou era isso ou baixar os salários", afirmou o líder social-democrata, advogando, enfaticamente, a necessidade de os líderes políticos falarem "toda a verdade aos portugueses".

"Os próximos anos vão ser duros e difíceis. Nalguns sectores vai ser preciso dar um passo atrás para depois dar dois passos à frente", sustentou o presidente do PSD. Dito de outra forma: "Os que acham que é possível um milagre sem dor não estão a dizer a verdade."

Passos Coelho, que admitiu que uma taxa de desemprego na casa dos 10% veio para ficar, falou da necessidade de aumentar a carga fiscal nos impostos sobre o consumo. Mas também, em contraponto, numa reforma a médio e longo prazo do IRS, que onere os escalões mais altos e

"desonere a chamada classe média" porque, sublinhou, "a política fiscal deve ter uma orientação social". Já no capítulo dos impostos sobre a propriedade imobiliária, o líder social-democrata considerou que devem ser colocados ao serviço da promoção do mercado de arrendamento.

Passos Coelho falou também dos modelos europeus de fiscalidade, defendendo, por exemplo, que o orçamento da UE deve ser cada vez mais financiado pelos contribuintes, nomeadamente reforçando os fundos de "gestão de crises", como o FEEF (Fundo Europeu de Estabilização Financeira).

O PSD, disse, é favorável na União Europeia a "mais gestão conjunta da dívida pública europeia" e a "mais gestão coordenada da emissão de dívida", de forma a retirar os países mais frágeis (como Portugal) os riscos de enfrentarem um mercado muito especulativo. J.R.H.

“
A política fiscal deve ter uma orientação social”

PROPOSTAS PARA A ÁREA FISCAL

► **Diminuir** os encargos das empresas com a taxa social única.

► **"Reestruturar" o IVA**, mas "sem mexer nos escalões marginais".

► **A médio e longo prazo**, reestruturar o IRS diminuindo escalões (sem onerar a classe média).

► **Colocar os impostos sobre a propriedade** ao serviço do mercado de arrendamento.



Conferência OTOC/DN/TSF



PAULO PORTAS

CDS: menos escalões no IRS e créditos fiscais para PME

O CDS defende a simplificação do IRS, diminuindo os oito escalões, para garantir o que designa por "elevador social". O sistema actual não serve, sublinha, pois quem quer trabalhar mais não é incentivado, já que o aumento de rendimento devido ao seu esforço, em vez de reverter para si e para a família, acaba por ser entregue ao Estado, porque a pessoa subiu de escalão.

Uma outra inovação que irá surgir no manifesto eleitoral é um crédito fiscal selectivo para as empresas, sobretudo as PME, que façam um contrato com o Estado em que se comprometam a aumentar as exportações, a fazer um reinvestimento produtivo na própria firma ou a contratarem trabalhadores apesar da crise. Portas diz que "o impacto, nas contas públicas, será nulo ou escasso", mas, em contrapartida, constituirá "enorme estímulo para as empresas e para o crescimento económico".

O presidente do CDS revela que comunicou ao triunvirato FMI/BCE/CE que o aumento da receita do IVA implica que se decida quais serão os produtos e os serviços que devem migrar entre taxas. "Sei distinguir bastante bem entre aqueles em que se pode subir e os que são essenciais para as famílias", assegurou. Ainda no domínio da fiscalidade, advogou melhor litigância fiscal, pois "há 14 mil milhões de euros parados nos tribunais tributários".

Mas "mudar de vida", como defende, é baixar a dívida pública, pois os juros "são hoje um ministério oculto": "Já pagamos mais juros do que investimos em educação e, para o ano, mais do que em saúde." Contesta as parcerias público-privadas (PPP), propõe um programa "ambicioso" para extinguir empresas públicas, institutos e grupos de missão; defende a suspensão das grandes obras públicas, "que têm um domínio de consequências" (construído o troço Poceirão-Caia do TGV, depois é preciso fazer a ligação a Lisboa). No que respeita à função pública, insiste num programa de rescisões por mútuo acordo e, em vez de anunciar, como o PSD, que por cada cinco trabalha-

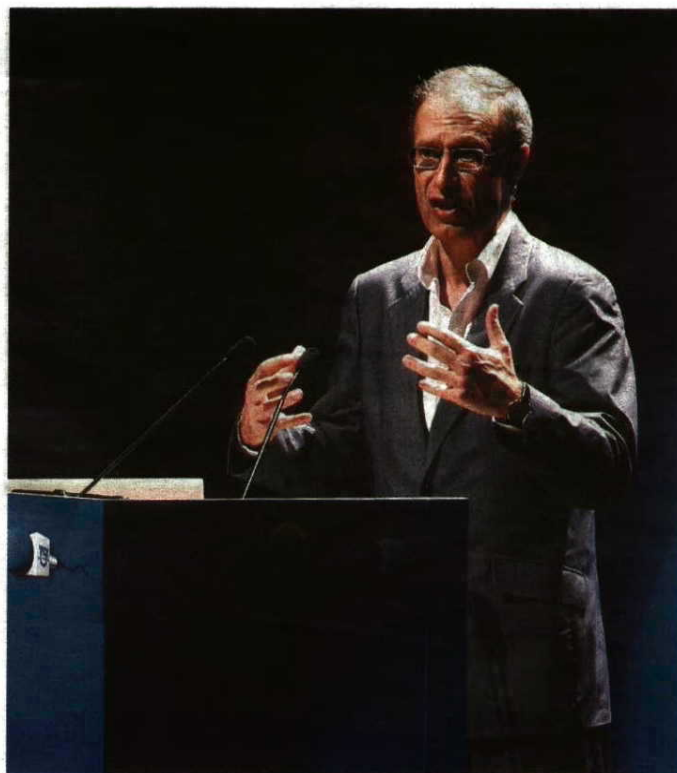
“
Portugal tem o IRS mais complicado da Europa”

dores que saem apenas deve entrar um, lembra que é diferente contratar auxiliares administrativos ou enfermeiras. "Soluções cegas", conclui, "resultam mal." FERNANDO MADAÍL

PROPOSTAS PARA A ÁREA FISCAL

► **IRS** Menos escalões (actualmente são oito), menos taxas, menos benefícios e menos excepções. Quem trabalha mais para subir na vida não deve ver o seu esforço reverter para o Estado.

► **Créditos para PME** Empresas que contratualizem um aumento das exportações, o reinvestimento produtivo na própria empresa ou contratarem trabalhadores durante a recessão devem ter um crédito fiscal sobre esse montante de lucro.



FRANCISCO LOUÇÃ

Bloco de Esquerda: taxar mais-valias urbanísticas

O líder do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, defendeu ontem a taxação das mais-valias urbanísticas determinadas "não por valorização dos terrenos mas por decisão administrativa", calculando que esta nova taxa, já praticada em muitos países, possa gerar entre mil e dois mil milhões de euros.

Destacando que, em Portugal, nas últimas décadas, construiu-se "uma cidade de Coimbra por ano", isto é, cerca de 80 mil novas habitações, o líder bloquista defendeu que, por isso, muitos terrenos rurais passaram a terrenos urbanizáveis. E dá exemplos: um terreno rural em Gondomar vendido pelo seu proprietário original por um milhão de euros e comprado por quatro milhões já urbano, alvo de investigação da justiça, e um outro no Seixal, vendido por 300 mil euros e comprado por 27 milhões de euros, sem qualquer investigação.

Donde se conclui, segundo Francisco Louçã, que a conversão dos terrenos agrícolas em terrenos edificáveis pode chegar a gerar 2000% de mais-valia, dinheiro que escapa aos cofres do Estado.

Defendendo que "não se podem aumentar impostos", porque se reduz "a capacidade de procura do consumidor", Francisco Louçã criticou os subscritores do acordo com a *troika* (PS, PSD e CDS), que se "comprometeram com um gigan-

tesco aumento do IRS e do IVA" nos próximos anos. Louçã manifestou-se ainda contra a diminuição de escalões do IRS por considerar que só serve para pôr a pagar menos quem ganha mais.

O líder bloquista reafirmou também a necessidade de um fundo nacional para o resgate da dívida, que seria constituído a partir de um imposto sobre as transac-

ções bolsistas, reafirmando propostas antigas como um imposto único sobre o património, outro sobre as grandes fortunas e um programa de reabilitação urbana.

"Todos os programas económicos têm de ser medidos pelas propostas que se fazem para diminuir o desemprego", além de que é preciso

"mais exigência fiscal e intransigência contra a fraude, imaginação e ideias novas para mudar o padrão do sistema fiscal", concluiu Louçã.

PAULA BRITO

PROPOSTAS PARA A ÁREA FISCAL

► **Nova taxa** sobre as mais-valias urbanísticas, com a passagem de terreno rural a urbano, permitiria não aumentar os outros impostos e gerar até dois mil milhões de euros de receitas.

► **Bolsa** Novo imposto sobre transacções bolsistas, que serviria para fundo nacional para o resgate da dívida.

► **Imposto único** sobre património, outro sobre grandes fortunas e um programa de reabilitação urbana.

“
[É preciso] mais exigência fiscal e intransigência contra a fraude”

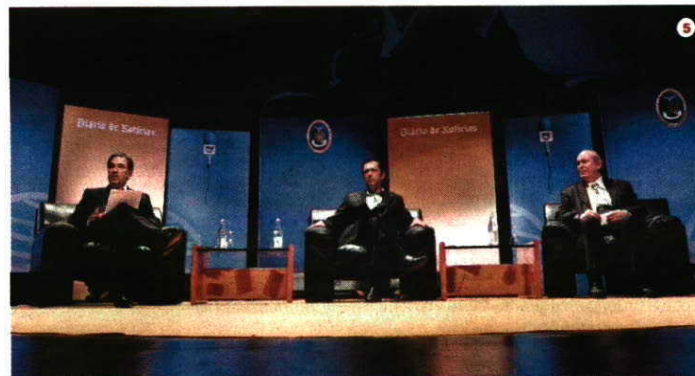


Líderes partidários anunciam propostas de política fiscal no CCB

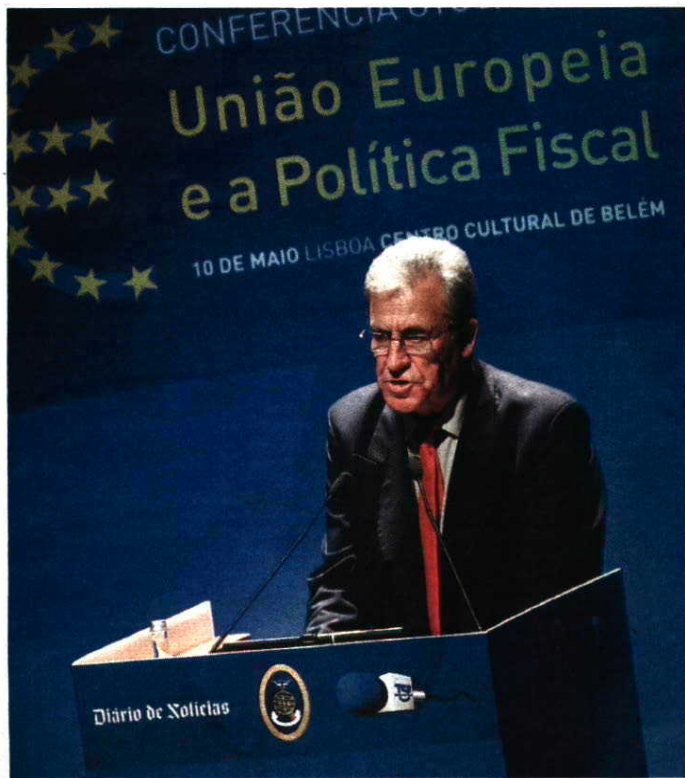
RECEPÇÃO Domingues de Azevedo, bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas, os directores do DN e da rádio TSF e a administração da Controlinveste foram os anfitriões da conferência que serviu para os líderes partidários revelarem as suas ideias sobre política fiscal



1. Secretário-geral do PS, José Sócrates, recebido por Domingues de Azevedo, bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas 2. Francisco van Zeller, ex-presidente da CIP, à conversa com Joaquim Pina Moura, antigo ministro das Finanças 3. Domingues de Azevedo, Joaquim Oliveira, presidente da Controlinveste, e Filomena Martins, directora adjunta do DN 4. Paulo Baldaia, director da TSF, Domingues de Azevedo, João Marcelino, director editorial da Controlinveste e director do DN, Filomena Martins e Nuno Saraiva, subdirector do DN 5. Plano geral dos representantes dos três promotores da conferência



FOTOS STEVEN GONZALEZ/GLOBAL IMAGES



JERÓNIMO DE SOUSA

PCP: baixa gradual do IVA e IRC mais baixo para PME

Ao contrário do que então foi anunciado, lembrou ontem Jerónimo de Sousa, a entrada de Portugal no euro “não trouxe o crescimento continuado do produto e do emprego, antes contribuiu para uma década de estagnação”, com quebra na produção industrial, duplicação do desemprego e agravamento do défice comercial. Em simultâneo, sublinhava o líder comunista, assistiu-se ao “agravamento das injustiças fiscais”, em que se deixou por tributar o capital e se penalizaram trabalho e pensões, com o IRC a dar 12,3% da receita fiscal, enquanto o IRS origina 12% e o IVA, esse “imposto cego”, contribui com 39,2%.

Apresentando cálculos para ilustrar as suas afirmações, o secretário-geral do PCP recordou que as isenções fiscais e outros benefícios à banca, só no período entre 2005 e 2010, podem estimar-se em 17,8 mil milhões – isto é, comparava “o equivalente ao défice de 2009”. E acrescentava o exemplo do último ano, em que bancos e seguradoras tiveram 12,5 mil milhões de lucro (“45% de todas as empresas nacionais”), mas apenas 3,9 mil milhões terão sido taxados, com o Estado a perder, nas suas contas, o equivalente a 2,1 mil milhões.

Neste contexto, os comunistas fazem uma longa série de propostas: todo o rendimento deve ser alvo de tributação, devem ser eliminadas as isenções à banca e

às grandes empresas, deve aplicar-se uma tributação autónoma de 0,1% às transacções bolsistas, devem agravar-se os impostos sobre grandes fortunas e bens de luxo, além de tributar as mais-valias das SGPS, fundos de investimento, imobiliárias e da transformação do uso do solo.

Em contrapartida, além da baixa gradual do IVA, os comunistas sugerem uma diferenciação da taxa legal do IRC, baixando a aplicada às PME e aumentando a das empresas com lucros superiores a 50 milhões de euros.

E, crítico à submissão aos ditames da *troika* – “o povo português vai perguntar para onde vai o dinheiro”, comentaria, à margem da conferência, lembrando que uma parte importante dos 78 mil milhões do empréstimo vão para a banca –, Jerónimo de Sousa frisava que “a política fiscal é um instrumento da soberania de um Estado”.

FERNANDO MADAIL

PROPOSTAS PARA A ÁREA FISCAL

► **IRC** Diferenciação da taxa legal, com descida de dez pontos para as micro, pequenas e médias empresas e um agravamento sobre as que apresentam lucros superiores a 50 milhões de euros.

► **Base de tributação** Não deixar nada por tributar, seja de capital ou património, incluindo as transacções nos mercados de capitais e as mais-valias imobiliárias, acabando também com isenções para a banca e para as grandes empresas.

“
A questão não é saber se impostos sobem ou descem, mas quais sobem”